



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA (25ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Quinta (25ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 13 de agosto de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Jorge Setoguchi, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Quarta (24ª) Sessão Ordinária, realizada em 17 de agosto de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Neste ponto, às 18h40, o Presidente suspendeu a sessão, convidando os pares para reunião na Sala da Presidência, e reabriu os trabalhos, às 19h04. Na sequência, deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 94, de 2015, de iniciativa do Vereador Luís Roberto Tavares, “alterando a redação da Lei Municipal nº 3.662, de 31 de maio de 2002, que proíbe a industrialização, a comercialização, o armazenamento, o transporte, a distribuição e a utilização do produto denominado cerol, no âmbito do município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 95, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 66/2015, de 14/08/2015, objeto do ofício nº 66/2015, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar acordo com a Sociedade Protetora do Animais – SPAMM, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 96, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 67/2015, de 14/08/2015, objeto do ofício nº 67/2015, de igual data, “autorizando o repasse de recursos, oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para a Sociedade Santo Antônio, de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Resolução nº 05, de 2015, de iniciativa da Mesa da Câmara de Mogi Mirim, “dispondo sobre antecipação de devolução, no exercício de 2015, de parte do saldo de Banco e Caixa,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

remanescente de duodécimos, ao Poder Executivo, e dando outras providências”;(ao exame das Comissões Permanentes); 5. Balancete Mensal da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente mês junho 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios n.ºs. 66 e 67/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 95 e 96/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento n.º 333/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer ao Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, estudos para a inserção e disponibilização de vídeos das sessões, no site oficial da Câmara Municipal; Requerimento n.º 334/2015. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: retirada de ponto de ônibus, localizado na Rua Marciliano; Requerimento n.º 335/2015. Autoria: Daniel Gasparini Dos Santos. Assunto: requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de suas secretarias competentes, estudos e informações relativas a implantação, junto aos “Jogos Escolares de Mogi Mirim 2015”, também a competição das matérias curriculares; Requerimento n.º 336/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro informações sobre projetos de melhorias na estrada rural João Luiz Moreno (MMR-357), com relação aos pontos críticos e estreitos da via; Requerimento n.º 337/2015. Autoria: Daniel Gasparini Dos Santos. Assunto: requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de suas secretarias competentes, informações e estudos relativos às providências, que estão sendo tomadas, para a preservação da área permeável das raízes das árvores plantadas, nas praças e jardins do município de Mogi Mirim. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação n.º 321/2015. Autoria: Daniel



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, a substituição de lâmpadas queimadas na Rodovia Senador André Franco Montoro, nº 1.100, em frente à Chácara Leonor, Mogi Mirim; Indicação nº 322/2015. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Indica ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpada queimada, na Rua Gastão Pinto de Oliveira, em frente ao número 197, no Bairro Parque Real; Indicação nº 323/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico implantação de dispositivo redutor de velocidade, na estrada rural MMR-176, denominada Rodovia do Limão; Indicação nº 324/2015. Autoria: Osvaldo Aparecido Quaglio. Assunto: solicita implantação de redutores de velocidade, na Rua Nicarágua, na zona leste da cidade; Indicação nº 325/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize operação tapa buracos na Avenida Guarani, no Mogi Mirim II; Indicação nº 326/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável que realize operação tapa buracos na Rua Conde Álvares Penteado, no Bairro Mirante; Indicação nº 327/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável que realize operação tapa buracos na Rua Eliana Agostin, no Jardim Sbeghen; Indicação nº 328/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico operação tapa buracos na Rua Karajá, no Mogi Mirim II; Indicação nº 329/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize operação tapa buracos na Rua Napoleão Portioli, na Vila Dias; Indicação nº 330/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize recuperação na canaleta existente no cruzamento da Rua Tupinambás, com a Avenida Tamoio, no Bairro Mogi Mirim II; Indicação nº 331/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize nivelamento das tampas de bueiros, localizadas na Avenida Expedito Quartieri; Indicação nº 332/2015. Autoria:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize construção de canaleta na esquina da Rua Francesco Improta, com a Rua Jairo Aparecido Vilela, no Jardim Sbeghen; Indicação nº 333/2015. Autoria: Daniel Gasparini Dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que através de sua secretaria competente, efetive a substituição de lâmpadas queimadas, na Rua Orivaldo Jesus de Souza Leite, em frente ao nº 100, no Residencial João Bordignon; Indicação nº 334/2015. Autoria: Daniel Gasparini Dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que através de sua secretaria competente, efetive a substituição de lâmpadas queimadas, na Rua João Carlos da Cunha Canto, em frente ao nº 397, Jardim Nazareth; Indicação nº 335/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico melhorias na galeria de água pluvial, na Rua Luiz Mônaco, nas Chácaras Sol Nascente; Indicação nº 336/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize construção de canaleta na Avenida Tupi, no Mogi Mirim II; Indicação nº 337/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize nivelamento das tampas de bueiro, localizadas na Avenida Dr. João Avancini, no Mogi Mirim II; Indicação nº 338/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize limpeza e instalação de placas de sinalização de proibido jogar lixo e entulho, no terreno, localizado na parte baixa do Bairro Eugênio Mazon; Indicação nº 339/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize manutenção no passeio público, localizado ao lado da quadra de esportes, no Bairro Eugênio Mazon; Indicação nº 340/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico à secretaria responsável, que realize manutenção na quadra esportiva, localizada na Praça Comandante José Antônio Moreno, no Mogi Mirim II; Indicação nº 341/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Habitação e Serviços, para providências urgentes, de troca/reparos/manutenção no bueiro, localizado no final da Rua Adib Chaib, com Avenida Brasil, em frente ao Auto Posto Evolução; Indicação nº 342/2015 - Autoria: Manoel Eduardo P. C. Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, para providências, a viabilizar a troca de lâmpadas queimadas, na Rua Amábile Mantovani Vômero, nº 41, esquina com a Rua Estela Bertolazzi, Bairro Santana. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 68/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira Da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento do Sr. Plutarque Jeorges Paliatsas, ocorrido em 10 de agosto de 2015; Moção nº 69/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira Da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao 26º Batalhão da Polícia Militar, Soldado PM Aparecida Fátima P. B. Franklin da Cunha, pela Solenidade de Entrega de Certificados aos alunos dos 5º anos, que participaram do PROERD – Programa Educacional de Resistência à Drogas e à Violência – 2015. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 512, 513, 514, 515, 516, 518, 519, 520, 521, 522, datados de 12, 13 e 14 de agosto de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 297/2015; Indicação nº 225/2015; Indicação nº 303/2015; Requerimento nº 281/2015; Requerimento nº 175/2015 e Indicação nº 451/2014; Requerimento nº 245/2015; Requerimento nº 280/2015; Requerimento nº 312/2015; Requerimento nº 325/2015; Indicação nº 311/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofício nº 0451/2015, datados de 16 de julho do corrente ano, subscrito pelo Sr. Luiz Eduardo D. Corrêa, Gerente Institucional Interior do Grupo Telefônica – Vivo no Brasil, “informando a respeito do Ofício nº 175, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

23/06/2015, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Laércio Rocha Pires). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que passou a relatar sobre a audiência pública, de sua iniciativa, para discussões sobre a autossuficiência do SAAE, realizada na quinta-feira, dia 13. “Quero relatar, que o Presidente do SAAE, Luciano Lopes, ouviu minha proposta, a mesma que coloco aos senhores, de iniciarmos uma discussão quanto à possibilidade de repactuação do contrato do sistema de tratamento de esgotos de Mogi Mirim, com a administração municipal, e o Presidente do SAAE, Luciano, viu com simpatia; é um contrato oneroso, caro, que o município fez com a Serviços de Saneamento de Mogi Mirim – SESAMM; na verdade, exatamente, na primeira gestão de Carlos Nelson Bueno, foi assinado o contrato, eu não estava aqui, não era vereadora, mas não houve um esforço para buscar alternativas, foram logo atrás de concessionar; o esgoto já é tratado, mas há muito ainda a se fazer e, segundo a situação financeira do SAAE, não teremos condições de manter a autarquia, até o fim do ano; a colocação do Presidente Luciano é a de que há déficit, de um milhão de reais, e não foi só a antecipação de uma etapa, feita e autorizada pelo ex-prefeito Carlos Nelson Bueno, que onerou o sistema de água do SAAE, pois há várias outras situações que comprometem o serviço de águas, tais como, energia e falta de pagamento da prefeitura ao SAAE, haja vista que há um calote mensal, da prefeitura para com o SAAE, na cifra de duzentos e trinta e cinco mil reais/mês, e como vamos cortar o fornecimento de água de UBSs e creches? Existem ações na Justiça, do SAAE contra a municipalidade; hoje, acabamos de ler projeto, que pede a devolução do duodécimo, mais uma vez, e isto significa, que o município não tem condições de pagar sequer suas contas de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

água, logo, eu proponho chamar os concessionários da SESAMM, para que iniciemos, junto ao Poder Executivo, uma avaliação correta da situação, do contrato, e de qual forma podemos reavaliar a negociação, feita anteriormente, quem sabe, alongar as dívidas da municipalidade com o SAAE, pois, caso contrário, o cidadão não terá condições de pagar a tarifa de água, porque ficará muito cara, e, segundo a colocação feita pelo presidente do SAAE, é uma situação extrema”, discursou e finalizou participação. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que falou sobre a revitalização da Praça Floriano Peixoto – Jardim Velho, pelo Programa Rota Acessível, verba por ela conquistada junto à Deputada Mara Gabrilli, e denúncia, que fizera, na última sessão, sobre a perda da citada verba, por incompetência da administração municipal. “Quero fechar a questão do Jardim Velho, que falei semana passada, e houve até um alvoroço, durante o final de semana, mas quero dizer que não venho fazer denúncias, sem que eu tenha papéis em mãos, tanto é verdade, que o papel que eu tinha, em mãos, eu o divulguei à imprensa, e se tratava de um e-mail, da assessora da Deputada Mara Gabrilli, uma sumidade, no Brasil, quando o assunto é a pessoa com deficiência, e anexo a este e-mail havia outro, do Rafael Batini, com as solicitações de documentos, que, segundo ela, a deputada, não tinham sido enviados pela prefeitura; o que ocorre, parece ser uma discordância entre a Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e assessoria da deputada Mara Gabrilli e o que posso dizer, é que, até agora, não recebi nenhum documento, além daquele, que tenho, em mãos, e cuja cópia entreguei aos jornalistas, cancelando a emenda; quero dizer, que eu respeito muito os profissionais, que trabalham na prefeitura, que quando faço denúncias aqui, não é para atingi-los; existem profissionais bons sim, como é o caso do Luís Escoteiro, do Dirceu Paulino e do Valdir Biazotto; da Lourdes, da Secretaria de Saúde, e Ana Letícia Zingra, que trabalha na Captação de Recursos, pessoa muito competente, portanto, quando eu faço denúncia, é porque pesquisei e vou a fundo junto aos órgãos supremos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mas se os órgãos supremos erraram, não é minha culpa”, discorreu. Depois falou sobre problemas, que estavam ocorrendo na ETEC Pedro Ferreira Alves, narrando que fora convidada a uma reunião, para tratar da questão da dívida escolar, presente o Diretor da ETEC, André Santos. Explicou que a maior dívida da escola se dava, em virtude da prefeitura, que não estava repassando o dinheiro para a merenda escolar, desde o final de 2014. “A escola não está recebendo o dinheiro da merenda, inclusive, um dos pais postou foto, na rede social, dos alunos comendo arroz, com farofa, o que é um absurdo, porque a merenda é fundamental e, justamente, a ETEC, que tanto contribuiu para formação dos jovens da cidade, para a minha também, chegar a este ponto, não ter merenda para alunos; antes, tinha merenda no prato, agora que a prefeitura toma conta, não tem, mas daí, tentamos resolver o problema, vamos atrás e vem a prefeitura, dizer que estamos fazendo retaliação, que estamos fantasiando, que estamos colocando a população contra a prefeitura, quando, o que digo aqui, é que o prefeito trabalhe, faça o repasse, não fique colocando funcionários dele na Internet, nas redes sociais e até na escola, para falar que ele está ‘resolvendo o problema’, não! Primeiro resolva, depois pode fazer propaganda, então, eu fiquei muito entristecida, com as condições a que estão sendo submetidos os alunos, e quero deixar este recado, e, quando a prefeitura tiver ações e projetos, mostrar ações e projetos, e eu não tiver para onde eu apontar o dedo, daí sim, vocês estarão trabalhando”, aclarou e concluiu sua participação. A próxima oradora a discursar foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que também falou sobre a ETEC Pedro Ferreira Alves, relatando que, de vez anterior, quando de problema na ETEC, havia sido levantado, que o dinheiro vinha de São Paulo e que, logo depois, a merenda tinha começado a ser liberada. “Se há este problema, novamente, da falta de repasse do dinheiro, cabe-nos a união e também cobrar de São Paulo, se este dinheiro vem, ou não vem, e se vem, saber por que a prefeitura não está repassando; se cabe o repasse à prefeitura, vamos até a prefeitura também, saber o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que está ocorrendo, porque se o quadro vem desde dezembro e, agora, começou a pesar, alguma coisa está errada e, de qualquer maneira, é necessário nos juntarmos e cobrar os canais responsáveis”, salientou. Na sequência, passou a falar da crise econômica e financeira, afirmando que, desde o ano passado, vinha chamando a atenção do gestor municipal, haja vista já ser passada a hora, do “Poder Executivo colocar o pé no freio”. A vereadora propôs um levantamento daquilo que fosse essencial a cada secretaria, para que o essencial fosse bem executado, porque, caso contrário, o dinheiro não seria suficiente para tantas despesas. “Não vai dar para chegar, porque observamos férias de funcionários sendo canceladas, fornecedores, que não estão sendo pagos, e o prefeito colocou o pé no freio? Não! Pelo contrário, abriu licitação para alugar um novo prédio e eu quero só ver, quando chegar o final do ano, porque o Governo Federal já sinalizou que a situação não vai se estabilizar, em breve tempo, nem neste ano, portanto, já passou a hora do prefeito colocar o pé no freio”, observou. Para finalizar, falou acerca do Requerimento nº 334/2015, de sua autoria, sobre a retirada de cobertura de ponto de ônibus, localizado na Rua Marciliano. “Quanto ao meu requerimento, quero perguntar quem é o responsável pela retirada da cobertura do ponto de ônibus, porque os idosos reclamaram que a cobertura foi retirada; existiam pessoas esperando o ônibus, e o pessoal da obra próxima não respeitou o pessoal, que estava no ponto de ônibus, e executou a obra e surgiu a indignação, porque, em nenhum momento, houve preocupação com as pessoas, ou informar o quê, ou porquê estava sendo feito aquilo, e as pessoas não sabem se o ponto vai continuar, ou para onde têm que ir, sem falar a preocupação com sol e chuva, lembrando ainda, que ao final da tarde, um bom número de pessoas usam aquele ponto”, explicou e encerrou sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que solicitou à presidência, fosse guardado, durante o seu tempo em tribuna, um Minuto de Silêncio em memória da funcionária aposentada da Câmara Municipal e também ex-presidente do Lar Santo Antônio,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ercília Queirós, falecida no domingo, dia 16, solicitação que foi acatada pela presidência, e cumprida, com todos os vereadores em pé. Cumprida a providência, o vereador passou a discutir sobre o SAAE. “Sobre a dívida do SAAE, que já comentaram aqui, gostaria de lembrar aos senhores, que temos aqui alguns nomes, inclusive o meu, vereadores que dispuseram seus nomes à pré-candidatura a prefeito, nas próximas eleições; a cada dia que passa, temos mais arrepios ao ver a situação na qual o município se encontra e como seria, se um de nós, de repente, assumíssemos a prefeitura; quanto à dívida do SAAE, sabemos que cinco milhões de reais são dívidas que ficaram do governo anterior e significa que o governo anterior já estava em débito com o SAAE, e se recordarmos o que acontecia há seis anos, quando Carlos Nelson Bueno estava em seu segundo mandato, lembraremos que a cidade estava praticamente abandonada, cheia de buracos, com dificuldades, os departamentos sucateados, mortes, por falta de atendimento, omissão de socorros, portanto, muita coisa vinha acontecendo no governo Carlos Nelson Bueno; hoje, não é diferente, estamos vivendo a mesma situação, não tem dinheiro para isso, não tem dinheiro para aquilo, e não acredito em melhoria, não acredito que, amanhã, consigamos sanar a situação; precisamos sentar todos juntos, todos os departamentos, prefeito, Câmara Municipal e secretarias, procurar onde se pode cortar gastos, porque, do jeito como a situação está, até o final do ano, a prefeitura não terá dinheiro para pagar o décimo-terceiro salário do funcionalismo, é a minha opinião, previsão minha; os cortes nas férias já foram feitos, as férias não estão sendo liberadas, porque não há dinheiro; os prédios, que estão sendo locados hoje, o prefeito tem que parar sim, Presidente João, tem que parar e conversar, tem que ver a situação de hoje, para não gerar mais gastos para o amanhã, porque o amanhã vai ser difícil, o governo federal está cortando verba, o governo estadual não tem dinheiro para repasse aos municípios, chegando ao cúmulo de não ter merenda aos estudantes, logo, é crítico, faz-nos pensar, tanto é que Carlos Nelson Bueno não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quer mais ser prefeito, porque sabe, que situação iria encontrar na cidade; tenham certeza, que só vamos vencer esta situação se unirmos forças, esqueçam brigas partidárias, pois temos que nos unir, em torno de um trabalho sério e honesto, por isso, peço à Câmara e Prefeitura, que atentem à situação, como está ocorrendo, pois não é só um momento, é realidade, precisamos encontrar uma solução para a situação”, declarou e concluiu seu discurso. Como os próximos inscritos, Vereadores Cinoê Duzo e Ary Macedo, desistissem da palavra, discursou o Vereador Luís Roberto Tavares, sobre um problema, que estava ocorrendo com a população da Estação Horto Vergel, cerca de vinte nove famílias, que eram servidas por duas caixas d’água comunitárias, cujas bombas haviam queimado. Disse que o preço, para recuperar a bomba, era elevado; que estivera no SAAE, conversando com o Presidente Luciano; que o SAAE não fazia atendimento na zona rural, mas que tinha sido executado um trabalho técnico; que tal trabalho técnico havia sido entregue, na data, às vinte e nove famílias, contendo especificações, de qual o tipo de motor e qual tipo de bomba deveriam ser utilizados por aquela população, que, desta forma, o valor a ser despendido havia caído pela metade e que, brevemente, a água seria restituída às famílias. “Eu me preocupo, pois são famílias que estão no município, têm direitos e a cidade pode fazer muito pouco para ajudar esta comunidade; o SAAE não pôde fazer muito, mas ajudou bastante e este problema, resolvemos” sublinhou. A seguir, falou das obras de infraestrutura no Parque das Laranjeiras, informando que estivera acompanhando as obras nas ruas, que estavam quase prontas para receber o asfalto, e nas outras ruas, para as quais já havia projetos, para fazer guias e sarjetas; que acompanhava, diariamente, as obras, as quais, infelizmente, caminhavam lentamente, mas ele acreditava que, no final, o cenário iria ficar bonito. “Mesmo não sendo um vereador da situação, esta parte do Parque das Laranjeiras, que está recebendo melhorias, vejo com bons olhos, está ficando um novo bairro, e esperamos que se possa atender outras ruas também”, citou. “Em 2005, quando me



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tornei vereador, havia um problema seriíssimo, no Parque das Laranjeiras, e, vou além da rua 03, falo da 42, das ruas mais ao fundo do Laranjeiras, que não têm saneamento básico; em 2005, os moradores faziam fossas, faziam duas fossas ao fundo da casa e outra, na frente, e não havia espaço, para uma terceira fossa, assim, desta forma, procurei o então presidente do SAAE, Márcio Silveira Bueno, que contratou uma empresa, através da assistência social do SAAE, para um trabalho, no bairro; o morador, que tinha fossa, fazia protocolo e o trabalho de limpa-fossa era feito, gratuitamente, mas, agora, tal serviço não existe mais; trouxe o problema, na audiência pública, e o Presidente do SAAE, Luciano, explicou que estava, realmente, sem o serviço, mas informou, que o SAAE tinha aberto uma licitação, recentemente, e, hoje, estive no SAAE e a primeira família já foi atendida, com o limpa-fossa, porque se trata de questão de saúde pública e o SAAE contratou o serviço, emergencialmente, então, aos moradores que estão nos ouvindo, digo para irem ao SAAE e fazerem o protocolo, é um trabalho que o SAAE está fazendo, de forma emergencial, e abriu licitação, para contratar a empresa”, relatou. Para concluir, registrou que a caçamba estática continuava no mesmo lugar, com entulhos, e que o problema da Rua Tupinambás também prosseguia, sem solução. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que iniciou, agradecendo a funcionária Vanessa, do DSM, que atendera uma sua indicação, para notificação aos responsáveis pela construção da nova sede da 2ª. Cia PM, na Rua Rio de Janeiro, onde estavam sendo despejados entulhos, no entorno da construção. Relatou, que a construtora tinha sido devidamente acionada e, no prazo de quarenta e oito horas, feito a total limpeza do local. “Hoje, está totalmente limpo, quiçá um dia isso ocorra, normalmente, sem acionar ninguém”, frisou. Prosseguiu, dizendo que estava preocupado com os trabalhos da Secretaria de Saúde, pois eram várias as reclamações, atrasos excessivos, no que se referia a exames e cirurgias, algumas cirurgias marcadas desde ano passado, as quais, até agora, continuavam sem definição de datas, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

como atraso no retorno de cirurgias de cataratas, de quase seis meses, questões que deveriam ter total atenção da secretaria. “São pessoas carentes e precisamos dar atenção a tais pessoas”, endossou. Também falou acerca do SAAE e da audiência pública realizada, na qual não tinha comparecido, justificando a sua ausência, por compromissos, anteriormente, assumidos. Aclarou que os números apresentados, durante a palestra, o haviam deixado muito preocupado, porque a situação do SAAE não estava nada fácil, era delicada e o levava a crer, que o grande causador da situação era, de fato, a própria prefeitura de Mogi Mirim, que devia grandes cifras à autarquia. “Como disse o Vereador Marcos, a dívida da prefeitura, para com o SAAE, vem desde à época de Carlos Nelson Bueno, mas, agora, a situação da nossa prefeitura piorou e o rombo, na administração Stupp, chegou à cifra de três milhões e meio de reais e, pasmem! O SAAE tem uma ação judicial contra a prefeitura, já vencida, em primeira instância, portanto, o que vamos fazer, para que a prefeitura honre os seus compromissos, a fim de que o SAAE honre também o seu, que é fornecer água para toda a cidade, a fim de que não cheguem a dizer que a concessão é solução? O SAAE não paga os impostos, tem isenção, mas, com a concessão, os impostos serão pagos e pagos por nós, através da conta d’água, então, falta responsabilidade, nesta administração, e não podemos mais continuar nesta situação, o SAAE vai para o buraco e não podemos deixar acontecer”, explanou. Por fim, repudiou a fala do ex-presidente do Mogi Mirim Esporte Clube, jogador Rivaldo Ferreira, no site Globo.com, classificando sua declaração como infeliz. “O Rivaldo foi um excepcional jogador, mas foi péssimo presidente do Mogi Mirim esporte Clube – MMEC, com decisões péssimas, agora, atacando verbalmente o Dr. Elvino Luiz Adorno, pessoa que sempre defendeu as cores do MMEC, advogado e cidadão, que não pode ser julgado responsável pela situação dos centros de treinamento – CTs, que não fazem mais parte do patrimônio do clube; não podemos concordar com isso, ser famoso não lhe dá o direito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de falar o que pensa e, por isso, ficou tão irritado com o projeto que aprovamos, mantendo o patrimônio imemorial do clube”, declarou e findou participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que falou sobre suas tentativas de conseguir alguma verba para ser aplicada na cidade. “Dias atrás, comentei que o vereador Luiz Guarnieri e eu conseguimos uma verba, para a Santa Casa, no valor de duzentos e cinquenta mil reais, junto ao Deputado Federal Nelson Marquizzelli, PTB/SP, e, agora, estamos tentando, com o deputado Marquizzelli, novamente, e com o deputado Carlos Sampaio também, outra verba, para a instalação de iluminação de Led, na Santa Casa, o que trará uma economia enorme e também tranquilidade, porque as lâmpadas são infinitamente superiores e propiciará uma redução na conta de energia, então, vamos tentar esta verba, porque a Santa Casa é um dos nossos maiores patrimônios e temos que defendê-lo de unhas e dentes, temos que fazer o possível e o impossível para mantê-la funcionando”, destacou. Com relação a dívida do SAAE, o vereador comentou que, infelizmente, não se tratava apenas do SAAE de Mogi Mirim, mas de todas as autarquias públicas e prefeituras, pois todas estavam passando muitas dificuldades na administração de valores, levando-as a uma discrepância sobre o que arrecadavam e o que ficava no cofre. Falou também sobre a situação da prefeitura de Mogi Mirim, afirmando que não havia qualquer planejamento do dinheiro, lembrando que, há quatro meses, ele já previra que a prefeitura teria dificuldades, no segundo semestre deste ano; que todos sabiam que a arrecadação iria cair, no segundo semestre do ano; que o prefeito não havia tomado qualquer providência; que, agora, seria o caos; que existiam meios para reduzir as despesas, meios do conhecimento do prefeito, tais como, diminuição dos cargos, em comissão, aplicações de verbas, para os seus locais de destino, ao invés de remanejá-las, jogando um tanto aqui, outro ali, resumindo, então, que faltava era planejamento; que a prefeitura não pagava suas dívidas junto ao SAAE e não era algo desta administração, mas, como havia dito o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Marcos, a dívida vinha desde a administração Carlos Nelson Bueno, todavia, perguntava, já que era do conhecimento de todos, por que, então, o prefeito Stupp não tinha feito planejamento, para que os compromissos fossem cumpridos em sua administração? Falou que a situação estava complicada, pois muitas informações não chegavam até os vereadores e, quando chegavam, eram maquiadas, pela administração, tornando-se inconsistentes. “Se o vereador tem dificuldades para saber o que está acontecendo, que dirá o munícipe! Temos que dar ‘um pega pra valer’, fiscalizar onde está o dinheiro e o prefeito precisa ter consciência e cortar cargos, aluguel de prédios, não é o momento de gastos exagerados e sem razão, e eu quero ver qual será o posicionamento do prefeito, a partir de agora”, frisou e encerrou seu discurso. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que falou sobre ações na zona rural. “O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, formado por membros estaduais, municipais, sociedade civil, associações de bairros e cooperativas, há anos vem lutando, para nomear as estradas rurais e, agora, está pedindo que as estradas sejam identificadas, através de placas, e está se iniciando a identificação, com placas de denominação, e ficam, então, os meus parabéns ao conselho e seus membros, pela conquista”. Por fim, destacou as proposituras que apresentou, especialmente, requerimento sobre projetos de melhorias na estrada rural João Luiz Moreno (MMR-357), com relação aos pontos críticos e estreitos da via, solicitando também, providências para o córrego Capão Grosso, que causava o estreitamento da estrada, trazendo perigo aos usuários. Como o próximo inscrito, Vereador Benedito Jose do Couto, desistisse da palavra, discursou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que parabenizou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, pela iniciativa da realização da audiência pública, que tinha abordado o tema da autossuficiência do SAAE, declarando que o assunto tinha sido tratado de maneira respeitosa, desta vez, diferentemente, de como estava sendo tratado, anteriormente, congratulando-se com os palestrantes,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pelas colocações exemplares, relativas ao SAAE. Prosseguindo, dirigiu-se ao Vereador Luiz Guarnieri, que havia dito, que se aprovada a concessão, o SAAE perderia sua isenção de impostos, e lhe explicou que, na concessão, o SAAE não iria mudar o seu CNPJ e a isenção continuaria a mesma, no seu modo de entender. “As discussões estão tomando um rumo, como deve ser, porque, antes, escutávamos apenas as palavras ‘venda do SAAE’, quando todos sabemos que se trata de uma privatização”, salientou. Depois, mencionou indicações que tinha apresentado, sugerindo ao Secretário de Esportes, a inclusão futura, nos Jogos Escolares, de competições de matérias curriculares, tais como, matemática e português, algo que o orador acreditava muito importante, para estimular os estudos. Por fim, mencionou o Requerimento nº 337/2015, de sua autoria, para a preservação da área permeável das raízes das árvores plantadas, nas praças e jardins do município de Mogi Mirim. “Parece bobeira, mas, se analisarmos as árvores da praça, ou em torno do Zerão, no entorno do estádio do MMEC, notamos que o espaço da raiz, para absorção de água, não está sendo respeitado, eu pedi informações ao meio ambiente, para ver a relação da impermeabilidade dessas raízes, para evitar a tragédia das quedas de árvores”, sublinhou e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que, desde logo, elogiou o discurso do Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “O vereador Daniel falou bem, sobre a conversa da mentira, da venda do SAAE e vejam como o discurso está mudando aqui, porque a própria população sabe que pregam mentira nos bastidores; os próprios, que falavam ‘venda’ e ‘privatização’, estão, finalmente, passando a mensagem correta à população, ou seja, trata-se de uma concessão da autarquia; sempre disse, nesta tribuna, que desconheço projeto de venda do SAAE e é a verdade”, explanou. Prosseguiu, criticando as administrações, a atual e as do passado, que só se preocupavam em exigir a feitura de muros e calçadas dos cidadãos menos favorecidos, enquanto faziam “vista grossa” aos “bacanas”, de alto poder aquisitivo, e a população sendo atropela ao caminhar nas ruas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Citou a Rua Sebastião Milano Sobrinho, onde acidentes eram frequentes e já com uma vítima fatal, reclamou das grandes chácaras, de ‘milionários’, proprietários que não estavam nem um pouco preocupados, não faziam calçadas, bem como o caso da Avenida Expedito Quartieri, zona leste, onde existiam vários loteamentos, de “bacanas”, também sem calçadas. Clamou por providências ao prefeito e seus secretários, para guias, sarjetas e calçadas, providências urgentes, pois era tempo de cessar mortes. “O prefeito tem que acordar e tomar providências, não toma, porque ainda não perdeu um parente, por falta de calçadas, e, com o Residencial Floresta, a região da Rua Sebastião Milano Sobrinho ficou muito perigosa, porque há muita gente e, quando da saída da escola, a via se torna um perigo; já levei a secretária, para ver, no local, na tentativa de mudar a entrada e saída dos alunos, mas, até agora, nada”, afirmou. Para encerrar, dirigiu-se aos vereadores do PSDB, Osvaldo Quaglio e Maria Helena, solicitando-lhes, mais uma vez, a intervenção do partido, no programa estadual Cidade Legal, na tentativa de acelerar o trâmite dos processos de regularização dos loteamentos de Mogi Mirim, especialmente, Loteamento Domênico Bianchi e Parque das Laranjeiras, haja vista a cobrança continua da população. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que versou sobre o projeto de resolução da Mesa, para devolução do duodécimo. “Quero falar sobre o projeto de resolução do duodécimo e lembrar que a Câmara tem direito sobre até seis por cento do orçamento do município e sobra dinheiro; vereadores vem aqui, e reclamam sobre o que está acontecendo no município, mas as pessoas têm que analisar, que problemas financeiros estão acontecendo em todo território nacional, não só em Mogi Mirim; sou empresário e outros aqui também, e sentimos na pele as dificuldades financeiras e a pessoa pode pagar seus compromissos, em dia, durante dez anos, mas se não tiver recursos, na hora que para de pagar, daí a pessoa fica sendo o ruim da história e, quanto à ETEC e a merenda, são recursos estaduais, que são repassados para a esfera municipal, vou procurar saber se o recurso está



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sendo repassado, ou não, mas a prefeitura tem muitas dívidas, perdeu dezoito milhões, em recursos, neste ano, portanto, não adianta atirar pedras, mas devemos ponderar e ver qual é a situação do município, pedem que seja feito isso, aquilo, acolá, mas não existe dinheiro, não existem recursos, nem as férias o prefeito conseguiu pagar e já estão pensando como será no final do ano, então, acredito que todos vão votar favoráveis, para a devolução do duodécimo”, pontuou e encerrou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente da Câmara registrou a presença, nas galerias, do ex-vereador e atual presidente do PMDB de Mogi Mirim, Moacir Genuario, e suspendeu a Sessão às 20h11, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “D” do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 93, de 2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dando denominação à rua “G”, localizada no Loteamento Chácaras Boa Vista, no Município de Mogi Mirim, de RUA ADELINO GASPARINI. Juntamente, com *emenda* do autor. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 93/2015, do vereador Daniel Santos e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. PARECER DESFAVORÁVEL, da Mesa da Câmara, ao Projeto de Resolução nº 03, de 2015, de autoria da Vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira, “dispondo sobre a alteração do Art. 104, da Resolução nº 276, de 2010, vigente Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim”. (havendo rejeição do Parecer Desfavorável o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Projeto de Resolução será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para manifestação, conforme Artigos 55, § 4º e 207, do Regimento Interno). Para discutir a matéria, fez uso da palavra a vereadora autora, Luzia C. C. Nogueira, que colocou, que sua intenção residia no sentido de reconquistar a credibilidade da população, explicando que os munícipes acompanhavam os trabalhos do Legislativo, através das sessões; que, quando de meses, com cinco semanas, ocorria um intervalo excessivo entre as sessões, causando lacuna, como, por exemplo, a lacuna que iria acontecer entre a última sessão do mês corrente, prevista para 24 de agosto, até a próxima, que somente se realizaria em 14 de setembro de 2015; que ela, vereadora, escutava muitas opiniões da população, que sempre dizia que os intervalos eram como um pequeno recesso, ‘férias boas’; que o parecer da Mesa falava de desempenho, mas que isso cabia a cada vereador, pois se o vereador quisesse se desempenhar, haveria trabalho, certamente, e rebateu também, a questão das sessões extraordinárias, dizendo que, todas as vezes que eram realizadas, normalmente, eram convocadas com um objetivo específico e havia sempre pressa. “Fora tudo isso, toda vez que há convocação extraordinária, ou reposição de feriados, ou pontos facultativos, notamos que o rendimento cai, porque são muitas sessões, programadas para o mesmo dia, acabamos não tendo um desempenho ideal e, por último, quanto ao gasto com uma sessão a mais, não acredito que seja um gasto enorme, diante de um aluguel tão alto que vamos pagar, no novo prédio da Câmara, portanto, se há dinheiro para aluguel e estamos devolvendo o duodécimo para a prefeitura, penso, então, que a Casa tenha dinheiro para trabalhar a sua credibilidade junto ao povo e o respeito por este Poder, logo, espero que pensem no voto, este projeto não é para eu aparecer na mídia, mas para que cada um de nós tenha mais tempo, até o final desta legislatura, para provar a que veio aqui”, explicou. O próximo a discursar foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que rebateu as colocações da autora. “O projeto é eleitoreiro sim, até os jornais se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pronunciaram; a câmara da cidade de Taubaté acabou de reduzir o número de sessões, por exemplo; aumentar uma sessão a mais, no mês, vai gerar custos sim, para o município, e a senhora já observou quantas pessoas estão trabalhando nesta sessão? De que forma o público lá fora sabe o que passa aqui dentro? Pela imprensa e se houver necessidade de mais uma sessão, que o presidente a convoque, pois quantas já não foram convocadas? A vereadora está no seu direito, mas discordo de seus argumentos e, quanto à despesa com o prédio alugado, acho engraçado tal argumento, porque não alugamos o prédio ainda, temos uma audiência com o Promotor, o dono do prédio e nós, vereadores, prevista para o dia 24 do corrente mês; pergunto ainda, e se o munícipe quer falar conosco? Onde estamos hoje, estamos um vereador colado no outro, sem sala, um ouvindo aquilo, que o outro fala e, em qualquer gestão, há o princípio da discricção, particularidades têm que ser respeitadas e não acontece no Poder Legislativo de Mogi Mirim, atualmente, portanto, o Ministério Público vai decidir sobre o aluguel, se vamos nos mudar, ou não, e quanto ao acréscimo de outra sessão, isto gera custos sim, basta calcular a diária de uma única sessão”, discursou. Também fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “A vereadora apresentou o seu projeto, para moralizar, é bacana, mas tivemos o recesso legislativo de quinze dias, em julho, retornamos e vimos que não havia matéria alguma, na sessão, para ser apreciada, apenas quatro nomes de ruas; quando éramos da Mesa, pensamos em colocar a quinta sessão, mas desistimos, porque se necessárias, o presidente tem a prerrogativa de convocar sessões extraordinárias, portanto, não é momento, é desnecessário, devido ao custo de uma sessão a mais, e há a prerrogativa de convocação, por parte do presidente, quando necessário, logo, voto com o parecer desfavorável”, destacou. Também discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa, posicionando-se favorável ao projeto de resolução e contrariamente ao parecer desfavorável. “Acredito que a população nos cobra o tempo todo, acha que político trabalha pouco, o custo benefício deste projeto será maior,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pois ficamos muito tempo sem sessões, quando há um intervalo, e eu apoio a iniciativa”, informou. A Vereadora Maria Helena Scudeler também se posicionou contrariamente ao parecer desfavorável e favorável ao projeto de resolução, bem como o próximo orador, Vereador Cinoê Duzo, igualmente, favorável ao projeto de resolução, porque “vereador tem que trabalhar”, acentuou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que defendeu o parecer da Mesa. “Uma das funções do presidente é convocar quantas sessões extraordinárias forem necessárias; muitos munícipes pensam, quando há sessão extraordinária, que o vereador recebe por elas, o que não é verdade, pois recebemos por quatro sessões mensais; a sessão do dia 07 de setembro foi postergada, para o dia 14, do mesmo mês, cumprindo o disposto no Regimento; discordo do vereador, que vem à tribuna, dizer aos demais, que se eles não querem trabalhar, que fiquem em casa e não venham, e também discordo de vereador, que acredita, que a quinta sessão vá dar alguma credibilidade aos vereadores, porque vereador algum aqui, vai aumentar, ou diminuir sua credibilidade, por causa do número de sessões, ele vai aumentar sua credibilidade na rua, trabalhando, em contato com seus eleitores, portanto, falar que vereador só trabalha nas segundas-feiras, nas sessões, é mentira, e eu desafio qualquer um dos pares, a dizer, que não trabalha no seu dia a dia, que não é cobrado, diariamente, sobre a vereança, até mesmo em seu estabelecimento comercial, ou no seu emprego; Dr. Ary, Marquinhos da Farmácia, o Dito da Farmácia, o Manoel da Guarda; a Luzia, na prefeitura, o Luiz, no seu comércio, o Osvaldo, no serviço dele, o Cinoê, na sala de aula, Maria Helena, enquanto está passeando com seu cachorrinho, o Seo Jorge, e assim por diante; é mentira? Os vereadores são vereadores vinte e quatro horas, por dia, e não será



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

umentando uma sessão, que vamos ter credibilidade perante a população, mas sim, através do trabalho que o vereador faz, durante os quatro anos de seu mandato, na rua; não sei se a Dayane tem um trabalho, ou só estuda; eu sou católico e sou cobrado, na missa, na hora da comunhão! Batem nas minhas costas e pedem que eu espere fora da igreja, depois da missa, portanto, minha posição é pelo parecer desfavorável”, explanou e concluiu. O próximo a discursar foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que se colocou contra o parecer desfavorável da Mesa e favorável ao projeto de resolução da Vereadora Luzia Nogueira. “Entrei vereador 2004 e, desde então, em todos os finais de semana, sonho chegar às sessões, pensando nas indicações e requerimentos, que pretendo apresentar, portanto, sou favorável, porque tenho condições de protocolar minhas proposições, em dia”, ressaltou. (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara acatou, por nove (09) votos favoráveis a oito (08) votos contrários, Turno Único, o parecer desfavorável, da Mesa da Câmara, ao Projeto de Resolução nº 03, de 2015, de autoria da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira); (arquite-se); (o presidente exerceu direito de voto, conforme o disposto no Artigo 20, II, do Regimento Interno); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei nº 81, de 2015, ambos de autoria do Vereador Dr. Ary Augusto R. de Macedo, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Municipal nº 4.246/06, sobre utilização de caçambas estáticas coletoras de entulhos no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo (2º) Turno, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 81/2015, do Vereador Ary Macedo); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Primeiramente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

relatando que, durante a sessão, havia recebido um telefonema do jovem Luís Felipe Manara, mesatenista, medalhista de ouro nos Jogos Parapan-americanos de Toronto, Canadá, que tinha desembarcado na cidade de São Paulo, sendo homenageado na cidade de Piracicaba, na Prefeitura daquela cidade, durante a tarde. “Eu pedi a ele, que me dissesse, se esta Casa poderia homenageá-lo, se houvesse entendimento da presidência, certamente, na sessão de segunda-feira próxima, mas ele tem agenda na Europa, portanto, esta Casa deverá homenageá-lo, assim que estiver em Mogi Mirim, porque este jovem, com sua deficiência, conquistou duas medalhas de ouro, e ele não deixou de colocar, que sente a ausência da prefeitura municipal, em qualquer incentivo; é possível, que o município faça uma leitura do que quer, para o esporte de nossos jovens, pois falta muito a esta cidade e a próxima administração deve fazer uma leitura sobre isso, porque o esporte é benéfico e nos falta muito; na administração passada, não houve apoio, e nesta também não há”, ponderou. Para concluir, lembrando que o Presidente da Casa tinha manifestado desejo de estar presente na reunião da avaliação do plano diretor, a vereadora informou que o encontro com os três profissionais convidados seria realizado na quinta-feira, às 19h30, na Câmara, e, igualmente, registrou e agradeceu a presença dos Vereadores Cinoê Duzo, Dayane Amaro, Luís Roberto Tavares, Jorge Setoguchi e Luzia Nogueira na audiência pública, de sua iniciativa, para discussões em torno da autossuficiência do SAAE. O Presidente da Câmara informou a Vereadora Maria Helena, que iria se informar sobre a necessidade de mais audiências públicas, para apresentação de emendas ao plano diretor, e, ato contínuo, facultou o uso da palavra à Vereadora Dayane Amaro Costa, que retornou ao assunto da ETEC Pedro Ferreira Alves. “Falei da ETEC, mas não mostrei o abaixo-assinado e vou mostrar, antes que a administração diga que a vereadora está fantasiando, ou colocando a prefeitura contra a população, estão aqui, noventa e oito assinaturas de alunos da ETEC, cobrando providências relativas à merenda escolar, para que seja feito o repasse, portanto, o requerimento foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aprovado e quem desejar uma cópia, está à disposição e, além disso, o diretor da ETEC também disse, que a prefeitura tinha firmado com o diretor anterior, quando do rompimento da contratação, um acordo, para cobrir algumas despesas, e passou a merenda a ser feita pela prefeitura e, até agora, também nenhum repasse”, explanou. “Todos devem se lembrar, que o Vereador Pires, certa vez, convidou a Secretária de Planejamento para estar aqui, falando do Plano de Mobilidade Urbana, peça que nos custou cento e quarenta e seis mil reais e ainda não chegou, para esta Casa, levando-nos a ter que avaliar o Plano Diretor, sem termos, em mãos, o de Mobilidade, mas, pois bem, a secretária, naquela ocasião, convidou-me para visitar a Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, para ver as ações que estava desenvolvendo, e eu fui, acatando o seu convite, aproveitando para verificar, se era verdade que diziam, de que lá, só tinha uma servente, e, logo na entrada, senti dificuldades para chegar até a secretaria, porque, como todos sabem, sou cadeirante, e preciso de auxílio, quando existem degraus e, para chegar na Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, por incrível que pareça, isto acontece em Mogi Mirim, existem degraus! A opção é contornar, de carro, ou seja, a pessoa com deficiência não tem autonomia para chegar na secretaria que lhe representa, mas cheguei até a secretaria, e logo de cara, na porta, estava escrito “trânsito”; entrei e era o trânsito, dois funcionários me disseram, então, que a Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência funcionava ali também, mas as duas funcionárias, da pasta, estavam afastadas e a servente já tinha ido embora e que, se eu quisesse ver projetos da pessoa com deficiência, eu deveria ir até o Planejamento, porque a Beatriz Gardinalli ficava lá. Como pode, senhores vereadores? Passou algum projeto por aqui, fechando a Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência? Não. Ela existe no papel, mas ela não existe, realmente, e eu provei, com meus próprios olhos, que a secretaria não existe; falando em inauguração de Zoológico, pergunto como uma família, que tenha nela a pessoa com deficiência, física, visual, idoso, gestante, poderá



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

visitar o zoo? Será que o zoo está pronto para atender tal população? Acredito que não. Eu quero convidar os vereadores a irem comigo, antes da inauguração, para percorrer todo o espaço, para ver se está acessível e se está funcionando, visitar, com o roteiro que a população fará, no dia da inauguração, pois quero ver se está funcionando, porque a Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência já comprovei que não funciona, com meus próprios olhos, e depois, é a vereadora que mente e faz fantasia”, discursou e concluiu. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que falou sobre o arquivamento de seu projeto de resolução. “Entendo o posicionamento, com relação ao meu projeto, e gostaria de agradecer aos colegas, que me apoiaram, vereadores Maria Helena Scudeler de Barros, Luís Roberto Tavares, Cinoê Duzo, Jorge Setoguchi, Osvaldo Quaglio, Luiz Guarnieri e Dayane Amaro Costa, e foi uma pena e apenas gostaria de lembrar ao Vereador Waldemar, que nunca me coloquei aqui, como candidata a nada, e que, minha postura é a mesma, desde o dia em que eu entrei, na Câmara, eu não mudei; falou-se muito aqui, hoje, sobre a questão do SAAE, da concessão que a gente aprovou, mas ainda não saiu do lugar; eu uso o nome ‘concessão’, uso o nome ‘privatização’ e posso usar o nome de transferência, pois são sinônimos e que me tragam um letrado, para provar que não é; saiu do setor público e foi para o setor privado, é privatização, que pode ser total, ou de parte, ou dez por cento, em relação à operação; nas três audiências que tivemos, sobre o SAAE, os três jornais noticiaram: O Impacto, “Números Colocam o SAAE no Vermelho – Presidente da Autarquia diz que Receita é Menor que Despesa e Projeta Déficit de Um Milhão Para o Final do Ano”; na audiência, perguntamos sobre o pessoal que está devendo e o presidente do SAAE nos colocou que há um trabalho, que a população tem participado bastante da renegociação de dívidas e está pagando o que deve, a maior parte, mas que a dívida da Prefeitura, para com o SAAE, já chega a oito milhões meio, cinco milhões da administração Carlos Nelson Bueno, e três milhões e meio na gestão Stupp;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

noutro jornal: “Calote da Prefeitura Agrava Crise”; a prefeitura vai ter que pagar, uma administração não pode deixar a dívida para outra, ou vai responder por isso; estamos em agosto e Gustavo Stupp está devendo a diversos fornecedores, então, como vamos chegar ao final do ano? Tem que existir responsabilidade e nós temos que cobrar esta postura”, discorreu e findou participação. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Venho aqui, cumprir o compromisso e a responsabilidade de votar e fico observando o comportamento de certos colegas, o que me leva a pensar, o que poderia fazer a pessoa mudar seu posicionamento, de uma hora, para outra, porque já tivemos aqui, semana passada, uma discussão sobre este mesmo projeto de resolução, de iniciativa da Vereadora Luzia, que foi arquivado, e alguns vereadores tinham se posicionado contrários à matéria e ao acréscimo, no número de sessões, e, hoje, estes mesmos vereadores, estiveram contra o parecer e vieram com um discurso nada a ver com o da sessão anterior, como pode? Eu penso, que se o vereador tiver proposta, ideias, ou desejar discutir qualquer assunto da municipalidade, que ele tem a prerrogativa, neste plenário, o dia que quiser, com autorização da presidência, lógico, no dia em que quiser, qualquer assunto, portanto, não é necessária a convocação de toda uma assembleia e toda a parte operacional, para a fixação de mais uma sessão, por mês, e esta é a minha postura; muitos vieram, com o mesmo discurso, dizer que era desnecessária mais uma sessão e, de repente, mudaram o discurso e o voto, assim que ouviram aplausos na plateia; a plateia é forte, a imprensa é forte, já os políticos, muitas vezes não são fortes, muitas vezes não têm a coragem de honrar a palavra dita e, pressionados, correm para dar explicações; tenho muita admiração por muitos aqui, e vou continuar tendo, mas trocar o discurso, de repente, mudar por mudar, não concordo, porque nos coloca, a nós, que estamos fazendo a coisa correta, na saia justa, mas eu, independentemente, de ser projeto politiquero, ou não, posicionei-me, convicto; há pouco, citaram um vereador, de legislatura anterior, que através de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

projeto, baixou o salário dos vereadores, para quinhentos reais, e sequer foi reeleito, então, não é este o propósito, portanto, qualquer vereador, que tiver proposta e discussão sobre assuntos da municipalidade, sugiro marque reunião, neste plenário, e a reunião será feita, a proposta é seriedade no que está fazendo e fazer de forma correta e, repito que, projetos pertinentes votamos, na hora, e quando há necessidade, fazemos sessões extraordinárias, e fica o meu pensar, fiquei muito chateado com a postura de alguns vereadores”, explicou. Como os próximos inscritos, Vereadores Cinoê Duzo e Ary Macedo, desistissem da palavra, discursou, na sequência, o Vereador Luís Roberto Tavares. Este relatou o andamento de suas ações, em prol da comunidade, primeiramente, o problema da Rua Tupinambás, zona leste, onde uma caçamba de entulhos permanecia estacionada há oito meses, dizendo que ela, certamente, prosseguiria estacionada, já que o município não tinha leis que fiscalizassem o serviço, ou obrigassem a retirada; ainda, na Rua Tupinambás, o problema das águas das chuvas, que continuavam paradas, empoçando, problema que não se resolvia, levando-o a ligar para a subseção local da OAB, falar com Dr. André Barbosa, na tentativa de que algum advogado pegasse a causa, entrasse na Justiça, a fim de que a prefeitura fosse obrigada a fazer manutenção nas galerias de águas pluviais. No Jardim Sbeghen, relatou o problema de drenagem, que existia há tempos, e fazia com que as águas pluviais invadissem as casas, e sugeriu providências, para uma canaleta, cortando a Avenida Francesco Improta, favorecendo a Rua Jairo Aparecido Vilella. Também, pedido para operação tapa buracos nas Rua Karajá, Avenida Tupi e Avenida Guarani, no Mogi Mirim II; Rua Napoleão Portioli, na Vila Dias, e ruas do Jardim Sbeghen, registrando que falaria com o responsável a respeito do Mogi Mirim II, o bairro onde residia; também, o nivelamento de tampas de bueiros nas Avenidas Expedito Quartieri e João Avancini, mesmo depois do recapeamento, bem como, a recuperação das quadras esportivas, na Praça Comandante Moreno MMII, no Bairro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim II, desvalorizadas pelo prefeito anterior. Para finalizar sua participação, pediu atenção para a quadra de esportes, do CDHU, danificada por um ônibus, há tempos, pedido objeto de inúmeros requerimentos do vereador e ainda sem atendimento. Como o próximo inscrito, Vereador Luiz Antônio Guarnieri, desistisse da palavra, discursou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que, inicialmente, falou sobre seu pedido para implantação de redutores de velocidade, na Rua Nicarágua, na zona leste da cidade. Prosseguindo, com relação ao parecer desfavorável da Mesa, ao projeto de resolução da Vereadora Luzia Nogueira, justificou seu voto, ratificando que entendia como desnecessária mais uma sessão, porque quatro sessões mensais eram suficientes, para a Câmara de Mogi Mirim, mas explicou, que tinha votado pela rejeição do parecer, porque também não tinha nada contra. “Votei contra o parecer desfavorável, porque o projeto seguiria, se derrubado o parecer, e a Comissão de Justiça e Redação emitiria seu parecer e, então, nós nos posicionaríamos; seriam só quatro sessões a mais, no ano, mas entendo também, que as sessões têm custo e se necessário for, que o presidente pode convocar sessões extras, inclusive, no recesso, portanto, é questão de visão, meramente; os vereadores não têm subsídios nas sessões extras; fui eu o vereador que discursou, falando que não havia necessidade, como disse o vereador Marcos, e votei contra o parecer, para que ele fosse à CJR e eu aguardaria o parecer desta comissão, quero colocar esta minha posição, e o que manda é a produtividade e não a quantidade”, salientou e concluiu. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, manifestou-se, lembrando a todos que a aprovação do projeto, para a autorização da instalação do Itaú Data Center, em Mogi Mirim, algo muito bom para a cidade, tinha sido votado não numa sessão ordinária, mas numa sessão extraordinária, provando a tese de que, quando de urgência, eram convocadas sessões e o serviço não estacionava. Também fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto, que justificou o seu voto, favorável ao parecer da Mesa, porque “não votava conforme soprasse o vento, nem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para agradar a audiência nas galerias”. Ele não tinha dificuldade alguma em comparecer a mais uma sessão, não era questão de não querer trabalhar, mesmo porque, sob sua presidência, a Câmara realizara várias sessões extraordinárias, mas pensava na economia para a Casa e ainda, porque mais sessões não iriam prejudicar, nem aumentar o trabalho, haja vista que o trabalho estava no dia a dia do vereador, que buscava alternativas, para solucionar os vários problemas da municipalidade. “Falamos tanto em vender o SAAE, mas ninguém vem aqui, para falar que pesquisou, que estudou a necessidade desse projeto, mas eu, além de ter pesquisado, e sei que outros vereadores fizeram o mesmo, porque votaram conscientes, na concessão do SAAE, para a qual até hoje, a Vereadora Luzia tem dúvidas; a vereadora falou aqui, que têm dúvidas, não sabe se é transferência, se é concessão, ou isso, ou aquilo e, na verdade, é uma concessão, não é privatização, portanto, não é venda do SAAE, e sabem qual é uma das grandes razões para este projeto? Nós temos uma infinidade de canos de amianto, que é produto cancerígeno, e canos de ferro, portanto, há muitos anos é necessário fazer este serviço e todo prefeito que passa, empurra este serviço com a barriga, não faz, porque sabe que vai dar polêmica, que o SAAE não tem dinheiro para fazer, que o SAAE está quebrado há muito tempo, não pode fazer este serviço e somente uma concessão vai ter condições fazê-lo; fui falar com um trabalhador aposentado do SAAE, João Batista, que sabe das histórias de canos, ele tem o mapa da tubulação na cabeça, de cor e salteado, e ele me disse, que há muito tempo, escuta falar, que o que dá trabalho são os canos, que contaminam, e é dito sempre, que é necessário fazer a troca dos canos, mas ‘eles’ vão empurrando, porque o serviço é embaixo da terra, que não aparece e ninguém vê, e os prefeitos gostam de fazer obras que aparecem; outro funcionário antigo disse e mim, que quando os canos têm crostas, em seu interior, já analisada a contaminação, há uma perda de água de cerca de quarenta por cento, então, eu pergunto: como a empresa, que terá que trocar todos os canos, de ferro e amianto, vai ter lucro? Na economia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que ela vai fazer! Hoje, o SAAE gasta cem por cento no tratamento, mas perde quarenta por cento e, com a concessão, a empresa fará a troca dos canos, durante anos, e, quando devolver a autarquia para a cidade, Mogi Mirim terá seus canos novos, portanto, a empresa será uma terceirizada, que prestará um serviço, por longos anos, e, depois, devolverá o serviço para a municipalidade, então, eu estudei o projeto, para votá-lo e votei consciente, posso até não ser reeleito, porque votei assim, mas votei pela saúde da população”, discursou e encerrou sua fala. Como os próximos inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Laércio Rocha Pires, desistissem da palavra, discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que teceu comentários em relação ao parecer desfavorável da Mesa. “Bem lembrado, que seriam apenas quatro sessões a mais, neste ano, por exemplo, mas gerariam custo alto, de qualquer forma, e o parecer da Comissão de Justiça seria contrário também, penso, pela razão dos custos; votei contra, porque já fazemos sessões extraordinárias, sem custo algum e, se convocados, aqui estaremos, para fazer a sessão; relativo à fala do Vereador Benedito José do Couto, sobre o SAAE, escutei, tempo atrás, comentário de vereador, que disse que o SAAE tinha autonomia própria para fazer e acontecer e isto é engraçado, porque está mudando o vocabulário do pessoal da oposição; o esgoto consome muito e sobra pouco capital na autarquia, para investimentos, e quando se fala em obras subterrâneas, que não se mostram, nenhum prefeito quer fazer, nem Paulo Silva fez, nem Carlos Nelson Bueno; dizem que uma parceria público-privada não seria boa para o município, mas eu pergunto: e se existir o investimento da empresa e não existir aumento da conta? Porque não haverá a perda de quarenta por cento nos canos. As pessoas preferem que existam perdas? Creio que não. E os vereadores, que antes falavam em ‘privatização’, hoje têm dúvidas”, salientou e concluiu. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos Senhores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Regina Torres, Ercília Queirós e Plutarque Jeorges Paliatsas, falecidos recentemente. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h44, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM